



Curriculos de Matemática no Estado do Paraná nos anos de 1970

Mathematics curricula in the State of Paraná in the 1970s

Silvana Matucheski¹

Carlos Roberto Vianna²

Resumo

Este artigo apresenta algumas perspectivas sobre como se deu o processo de elaboração dos documentos curriculares paranaenses da década de 1970, a partir da Lei 5692/71 e da criação de um grupo de professores com o papel de auxiliar as escolas paranaenses a implantar a Reforma de Ensino. Mostra-se que esse grupo veio a constituir a Equipe de Currículo da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e que tinha como tarefas organizar a elaboração dos documentos curriculares, estudar a legislação educacional e acompanhar as discussões curriculares no cenário educacional, oferecendo cursos de treinamento para os professores da rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Educação Matemática, Currículo, História da Educação Matemática.

Abstract

This article presents some perspectives on how was the process of developing Paraná curriculum documents in the 1970s, from the Law 5692/71 and the creation of a group of teachers with the role of assisting schools to implement the Paraná Reform Education. It is shown that this group came to be the Team Curriculum of Secretary of Education and had tasks like organizing the preparation of curriculum documents, studying the educational legislation and follow the discussion in the educational curriculum, providing training courses for teachers in state schools.

Keywords: Mathematics Education, Curriculum, History of Mathematics Education.

Introdução

¹ Mestre em Educação em Ciências e em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Rio Claro, São Paulo, Brasil. Bolsista Capes. *E-mail:* silmatucheski@yahoo.com.br.

² Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. *E-mail:* carlos_r2v@yahoo.com.br.

Este artigo é uma síntese de uma pesquisa sobre as propostas curriculares paranaenses de Matemática elaboradas e publicadas por equipes da então Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná (SEEC – PR)³ na década de 1970. O início do trabalho consistiu em focar uma definição de currículo que pudesse ser tomada como operacional sem a exigência de estudos sobre as teorias curriculares, que não seriam o objeto da pesquisa. Para isso, a partir do livro *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, de Tomaz Tadeu da Silva, que apresenta um panorama sobre o tema, optamos por adotar para a palavra *currículo* o significado de “texto, discurso, documento” (SILVA, 2010, p. 150). Cabe ressaltar que currículo, documentos curriculares, propostas curriculares e textos curriculares serão utilizados como sinônimos neste texto.

Nas próximas seções apresentamos considerações sobre currículos de Matemática e o cenário da elaboração das propostas curriculares paranaenses da década de 1970, além de algumas considerações sobre o trabalho de investigação em torno a esses objetos.

Currículos de Matemática

A preocupação com a escolha do que ensinar e a abordagem adequada daquilo que viesse a ser escolhido é antiga. Em particular no campo da Matemática,

Desde as últimas décadas do século XIX, começaria a se manifestar em diferentes países, uma preocupação em modernizar o ensino de matemática desenvolvido nas escolas do tipo secundário, especialmente através da introdução de novos conteúdos. Essa preocupação teria sido originada pela percepção de que a matemática ensinada nesse nível de ensino estaria em descompasso com as exigências impostas pelo novo contexto sócio-político-econômico, com o desenvolvimento da matemática e das ciências ocorridos nos últimos séculos e com a matemática estudada nas universidades (MIORIM, 1995, p. 124).

A partir do século XX essas discussões passam a acontecer de forma ampliada através dos congressos internacionais de Matemática. Uma publicação que mostra essas preocupações é o trabalho de Howson, Keitel e Kilpatrick (1981). Outra referência importante é o conjunto de eventos internacionais:

Em 1950 iniciaram-se uma série de encontros promovidos por um grupo que se denominou Comissão internationale pour l'étude et l'amélioration de l'enseignement des mathématiques (CIEAEM). A comissão propunha-se coordenar o trabalho que já era realizado, “psicológico, metodológico e prático”, no sentido da melhoria do ensino

³ Em 1979 o nome foi alterado para *Secretaria de Estado da Educação* (SEED), pela Lei nº 7169, quando foi criada a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte (SECE) (PARANÁ – ARQUIVO PÚBLICO, 2002).

da matemática, por diferentes profissionais em diferentes países. Dos seminários participavam professores de matemática e, segundo o caso, tecnologistas, lógicos, psicólogos, historiadores (BÚRIGO, 1989, p. 71).

Essas iniciativas contribuíram, inclusive, para que os currículos de Matemática fossem repensados e reformulados. Essas mudanças, provavelmente, aconteceram porque “o currículo é organizado como reflexo das prioridades nacionais e do interesse dos grupos que estão no poder” (D’AMBROSIO, 2005, p. 63), ou, como diz Silva (2010, p. 147-148), porque “O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. [...] O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político”.

Além disso, é importante lembrar que

A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, por exemplo; seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais “técnicas”, como Ciências e Matemática (SILVA, 2010, p. 31-32).

Dito de outro modo, a cada época os currículos atendem às demandas da sociedade e, nesse sentido, o contexto político, histórico e social impregna cada autor, cada texto e se transforma em parte dos conteúdos desses textos, sendo que os textos curriculares não formam uma exceção: são frutos da sua época. Por isso, ao se estudar currículos é necessário lembrar o contexto no qual eles foram elaborados. No caso da década de 1970, há a marca da ditadura militar. Sobre isso, Evangelista (1988, p. 9) afirma que

Vale a pena lembrar que o binômio que caracterizou o modelo da sociedade brasileira, durante a ditadura militar, foi a concentração da renda e do poder, objetivando a modernização a qualquer custo da economia. Justificada essa prática coercitiva em nome do desenvolvimento e da democracia, o modelo econômico e político sustentou-se enquanto as relações de mercado, de mercadorias e de força de trabalho viabilizavam a acumulação do capital, ao mesmo tempo em que a luta política das classes, sufocada, permanecia silenciada.

Desse modo, pode se dizer que, durante a ditadura militar, o Estado centralizou o poder e se utilizou do autoritarismo em diversas áreas.

Falando especificamente da educação, Parra (2008, p. 59) ressalta que

Durante esse período [da ditadura militar], a visão tecnicista impregnou o trabalho da escola, que adotou uma postura técnica e racional, voltada para a formação de mão-de-obra, sendo a educação considerada instrumento fundamental para o modelo de desenvolvimento do país. A escola pública de então era caracterizada por estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas. A sua inserção num sistema de ensino verticalizado, com relação à tomada de decisões, desresponsabilizava a escola e

impedia o surgimento do debate político no âmbito escolar. A pedagogia tecnicista se estabelece como a pedagogia oficial, retirando a capacidade de reflexão do educador e do educando.

Além disso, no início da década de 1970, foi assinada a Lei nº 5692/71, que reestruturou o ensino brasileiro e trouxe a necessidade de se repensar os currículos. Por isso, organizou-se, na SEEC-PR, uma equipe para estudar a legislação educacional e elaborar os documentos curriculares paranaenses. De acordo com a Indicação nº 002/78 da Câmara de Ensino de 1º Grau, do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná, “Seguindo-se ao Planejamento Prévio para a Implantação da Lei n.º 5.692/71, foram elaborados pela SEEC vários documentos contendo diretrizes para elaboração de currículos, amplamente divulgados a partir do ano de 1972” (PARANÁ – CEE, 1978, p. 318).

Durante a realização da pesquisa aqui sintetizada, estudamos os seguintes documentos curriculares paranaenses:

- 1) *Sugestão para Estrutura Curricular Adaptada para a 5ª Série em 1972* (1972);
- 2) *Articulação e Integração no Ensino de 1º Grau (Diretrizes Teóricas dos Currículos de 5ª e 6ª séries do Ensino de 1º Grau)* (1972);
- 3) *Primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau* (1973);
- 4) *Ciências e Matemática* (1975);
- 5) *Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série)* (1976);
- 6) *Diretrizes Curriculares de Matemática – 1ª a 6ª Série (Orientações para o Planejamento Curricular nas Escolas Rurais atingidas pelo Programa de Cooperação Estado – Município)* (1977).

Também foram realizadas entrevistas⁴ com os professores Maria Lucia Faria Moro⁵; Nilcéa Maria de Siqueira Pedra⁶; Nircélio Zabot⁷ e Odilon Carlos Nunes⁸, que trabalharam na elaboração dos documentos curriculares paranaenses em alguns momentos da década de 1970.

⁴ Tais entrevistas foram concedidas para a primeira autora deste texto – e suas textualizações estão disponíveis em Matucheski (2011). Cabe registrar que os colaboradores assinaram cartas de cessão das textualizações e que as entrevistas seguiram os procedimentos da História Oral tal como são realizados no Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem).

⁵ Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

⁶ Professora aposentada da Universidade Federal do Paraná.

⁷ Na ocasião da entrevista ele era coordenador do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – Paraná.

⁸ Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná.

A seguir, apresentamos uma dentre as várias versões da história dos documentos curriculares paranaenses de Matemática elaborados e publicados na década de 1970.

Compondo o cenário

Apesar de estudarmos os documentos curriculares paranaenses (de Matemática) elaborados e publicados na década de 1970, sentimos necessidade de olhar para alguns aspectos educacionais da década de 1960 (mesmo que brevemente) na tentativa de encontrar elementos que ajudassem a compreender o processo em um quadro mais amplo. Por isso, consultamos a legislação educacional daquele período e alguns exemplares das revistas *Criteria* e *Documenta*, do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE) e do Conselho Federal de Educação (CFE)⁹, respectivamente.

Em 20 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei 4024/61¹⁰ que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tal lei dividia a Educação Nacional em: Educação Pré-Primária, Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior.

A Educação Pré-Primária era facultativa e destinada às crianças de até sete anos, enquanto o Ensino Primário era obrigatório e destinado às crianças a partir dos sete anos. O Ensino Médio era destinado à formação dos adolescentes e era composto por dois ciclos: Ginásial e Colegial. O Ensino Médio abrangia os cursos secundários, técnicos (industrial, agrícola e comercial) e de formação de professores para os ensinos pré-primário e primário. O Ginásial tinha duração de quatro anos e o Colegial tinha duração mínima de três anos. Para ingressar no Ginásial os adolescentes prestavam exame de admissão¹¹ para comprovar que tinham recebido uma educação primária satisfatória. Para ingressar no Colegial bastava ter concluído o Ginásial. O Ensino Superior era composto por cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão. O ingresso nos cursos de graduação dependia da conclusão do Colegial e da classificação em concursos de habilitação. Já o ingresso nos cursos

⁹ Atual Conselho Nacional de Educação.

¹⁰ Primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil (LDB). A lei está disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao> (o endereço completo para acesso encontra-se nas referências – o mesmo vale para as leis 5692/71 e 9394/96 que serão citadas neste texto).

¹¹ Para prestar o exame de admissão era necessário que o educando tivesse 11 anos completos ou ainda que completasse essa idade no decorrer do ano letivo.

de pós-graduação se dava mediante apresentação de diploma de graduação. Para acesso aos demais cursos de grau superior era necessário atender os requisitos exigidos em cada curso.

Quanto ao currículo do Ensino Médio, a Lei 4024/61 estabeleceu que cabia ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação relacionar as disciplinas obrigatórias e optativas de cada ciclo (Ginasial e Colegial), bem como definir a amplitude e o desenvolvimento dos programas de cada disciplina. Cada estabelecimento de ensino deveria oferecer as disciplinas obrigatórias e poderia escolher dentre as optativas relacionadas em seu respectivo Estado.

No âmbito do Paraná, em 1964, o governador Ney Braga assinou a Lei nº 4978¹² que estabeleceu o Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Essa lei estadual, de certo modo, reproduziu parte do conteúdo da LDB vigente e tratou das particularidades do sistema educacional paranaense. Além disso, ela criou o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná e relacionou suas competências.

Nas duas leis citadas pouco se lê sobre assuntos curriculares. Um dos aspectos abordados na Lei 4024/61 diz respeito ao número de disciplinas escolares: no Ginásial deveriam ser ministradas nove disciplinas, sendo que cabia ao CFE indicar até cinco disciplinas obrigatórias e ao CEE sugerir as disciplinas obrigatórias complementares e as optativas. Essa lei estabeleceu ainda que, além das práticas educativas¹³, não poderiam ser ministradas menos de cinco, nem mais de sete disciplinas em cada série, sendo que dessas, uma ou duas deveria(m) ser optativa(s) e escolhida(s) pelo estabelecimento de ensino.

De acordo com a Resolução 26/65¹⁴ do CEE – que estabeleceu as bases curriculares do Ensino Médio para os estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná –, o CFE indicou as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia como obrigatórias; e o CEE sugeriu oito pares de disciplinas obrigatórias complementares para o Ginásial. Desse modo, os estabelecimentos de ensino paranaenses deviam escolher entre: Desenho e Organização Social e Política Brasileira (OSPB); Desenho e uma língua estrangeira

¹² Lei estadual assinada em 5 de dezembro de 1964.

¹³ Atividades que deveriam atender as necessidades dos adolescentes e que visam criar hábitos. Eram consideradas práticas educativas no Ginásio: Educação Física (obrigatória, de acordo com a Lei 4024/61), Educação Moral e Cívica (passou a ser obrigatória – e também a ser considerada tanto disciplina quanto prática educativa – pelo Decreto-Lei nº 869/69, de 12 de setembro de 1969), Educação Artística, Educação Técnico-Manual, Educação para o Lar, Higiene.

¹⁴ O material referente ao CEE citado neste artigo tem como fonte a Revista *Criteria*.

moderna¹⁵; Desenho e uma língua clássica¹⁶; Desenho e uma disciplina específica¹⁷; OSPB e uma língua estrangeira moderna; OSPB e uma língua clássica; OSPB e uma disciplina específica; Uma língua estrangeira moderna e uma disciplina específica. A Resolução ainda esclareceu que as optativas deveriam ser escolhidas dentre as línguas estrangeiras modernas e clássicas e as disciplinas específicas. Se o estabelecimento de ensino quisesse incluir outra optativa, deveria consultar o CEE.

Ainda sobre as questões curriculares, a Lei 4978/64 determinou que a SEEC fixaria e escolheria as práticas educativas e as disciplinas complementares e optativas para os estabelecimentos oficiais de ensino, respeitando as disposições das leis 4024/61 e 4978/64, bem como as indicações do CEE – órgão que aprovava os currículos. Ademais, qualquer estabelecimento de ensino poderia propor alterações curriculares à SEEC, desde que as justificasse. Em síntese, pode se dizer que as duas leis anteriormente mencionadas determinaram o cenário educacional paranaense desde suas respectivas publicações até o início da década de 1970. E até essa época, no Paraná, trabalhava-se apenas com a ideia de *programas*. Foi a partir de 1970 que se começou a pensar em *currículo* de forma mais ampla.

Em 11 de agosto de 1971 o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou a Lei 5692/71. Essa lei alterou algumas disposições do Ensino Primário e do Ensino Médio e o sistema de ensino nacional passou a ser dividido em: Ensino de 1º Grau¹⁸, Ensino de 2º Grau¹⁹ e Ensino Superior. A obrigatoriedade de ensino passou de quatro para oito anos, tempo correspondente ao Ensino de 1º Grau. Conforme essa lei, o 1º Grau destinava-se à formação de crianças e pré-adolescentes e o 2º Grau destinava-se à formação dos adolescentes. O acesso ao 2º Grau ocorria mediante comprovação de conclusão do 1º Grau, e a duração do curso dependia da habilitação

¹⁵ A língua estrangeira moderna poderia ser escolhida entre: espanhol, francês, italiano, inglês e alemão.

¹⁶ A língua clássica poderia ser latim ou grego.

¹⁷ A disciplina específica poderia ser escolhida entre: 1) De orientação comercial: Prática de Comércio, Prática de Escritório, Documentação Comercial e Noções de Comércio, Iniciação aos Estudos Contábeis e Fiscais, Mecanografia, Datilografia, Estenografia, Propaganda e Vitrinismo; 2) De orientação agrícola: Iniciação à Agricultura, Criação de Animais Domésticos e Noções de Veterinária, Noções de Conservação do Solo, Oficina Rural, Higiene Rural e Socorros de Urgência, Desenho Técnico, Jardinagem e Floricultura; 3) De orientação industrial: Alfaiataria, Artes Gráficas, Cerâmica, Trabalho em Couro e Similares, Eletricidade e Eletrônica, Fotografia, Trabalho em Madeira, Mecânica, Mecânica de Automóvel, Trabalho em Metal, Desenho Técnico, Artes Aplicadas, Pesca; 4) De orientação pedagógica: Iniciação à Educação, Artes na Educação, Folclore, Relações Humanas, Puericultura; 5) De educação doméstica: Artes Femininas, Corte e Costura, Culinária, Decoração do lar, Noções de Higiene, Puericultura e Enfermagem, Relações Humanas; 6) De cultura artística: Arte Dramática e Declamação, Artes Plásticas Coreografia, Folclore, Música, Relações Humanas.

¹⁸ O Ensino de 1º Grau era composto pelo Ensino Primário e pelo 1º Ciclo do Grau Médio – Ginásial.

¹⁹ O Ensino de 2º Grau correspondia ao 2º Ciclo do Grau Médio – Colegial.

escolhida – variando entre três e quatro anos. Quanto aos currículos de 1º Grau e de 2º Grau, a Lei 5692/71 estabelecia o mesmo que a Lei 4024/61: a responsabilidade cabia ao CFE e aos Conselhos Estaduais de Educação.

A Lei 5692/71 alterou o sistema de ensino nacional e exigiu mudanças e atitudes relativamente rápidas por parte das secretarias estaduais de educação. A principal *novidade* era a organização do Ensino de 1º Grau de oito anos, que uniu o Ensino Primário e o Ciclo Ginásial do Ensino Médio. É preciso notar que não se tratava de uma simples alteração de nomenclatura. Para que essa mudança se consolidasse era necessário pensar, inclusive, na estrutura física das escolas. Até aquele momento as crianças que concluíam o Ensino Primário e almejavam continuar seus estudos eram obrigadas a realizar o exame de admissão para que, se aprovadas, pudessem cursar o Ciclo Ginásial e, posteriormente, o Ciclo Colegial do Ensino Médio. Como consequência da Lei 5692/71 houve a abolição do exame de admissão e, teoricamente, todas as crianças que concluíssem o antigo Ensino Primário poderiam cursar o Ciclo Ginásial. Para isso, entre outras coisas, era essencial que houvesse um número maior de salas de aula e de professores. No entanto, as escolas e as secretarias estaduais de educação não estavam preparadas para atender a essa demanda. É relevante observar também que a Lei 5692/71 estipulava prazos para a implantação do novo regime de ensino: as secretarias estaduais de educação deveriam elaborar um planejamento prévio em sessenta dias e um Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino em duzentos e dez dias a partir da data de assinatura da referida lei.

Diante de tais exigências, em meados de novembro de 1971, a SEEC-PR enviou um grupo de professores – de diferentes disciplinas – ao Rio Grande do Sul para acompanhar o processo de implantação da Reforma de Ensino naquele Estado, que estava em processo adiantado de implantação da Reforma²⁰. Os professores que faziam parte desse grupo trabalhavam na Rede Estadual de Ensino do Paraná e/ou na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esses professores permaneceram em Porto Alegre cerca de um mês – com as despesas pagas pela SEEC – para conhecer a estrutura física das escolas da capital gaúcha e participar de atividades diversas a fim de conhecer a realidade educacional daquele Estado. Quando esses professores voltaram ao Paraná formou-se um novo grupo²¹, denominado Grupo de Assessoria

²⁰ Informação retirada da textualização da entrevista de Maria Lucia Faria Moro, que está disponível em Matucheski (2011).

²¹ O GAP foi composto por algumas pessoas que foram a Porto Alegre e também por outros profissionais que foram agregados ao grupo a fim de suprir as necessidades daquele momento.

de Planejamento (GAP), com a finalidade de estudar a legislação educacional vigente e elaborar documentos que fundamentassem a implantação da Reforma de Ensino no Paraná e, que, de alguma forma, auxiliassem as escolas paranaenses no processo de implantação de tal reforma.

Como podemos constatar nas revistas *Criteria* e *Documenta*, a produção de pareceres e deliberações pelos CEE e CFE era intensa naquele período e, por isso, era necessário que os integrantes do GAP estivessem atentos às publicações dos conselhos. Um dos pareceres mais importantes daquela época é o Parecer 853/71²² que tem como anexo a Resolução nº 8 que fixou o núcleo comum para os currículos do Ensino de 1º Grau e de 2º Grau. De acordo com essa Resolução, o núcleo comum abrangia as matérias: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. E essas matérias incluíam os seguintes conteúdos específicos: Comunicação e Expressão – Língua Portuguesa; Estudos Sociais – Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil; Ciências – Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. Também eram obrigatórios: Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso (obrigatório para os estabelecimentos de ensino e facultativo para os alunos). A Resolução ressaltava ainda que as matérias indicadas deviam constituir atividades²³, áreas de estudo²⁴ e disciplinas²⁵, sendo que de 5ª a 8ª série devia predominar o trabalho com as áreas de estudo. A partir do exposto no Parecer 853/71, o CEE publicou, em fevereiro de 1972, a Deliberação 2/72 que fixava diretrizes gerais para a elaboração do currículo pleno por estabelecimento de Ensino de 1º Grau e dava a relação das matérias da parte diversificada²⁶ que poderiam ser escolhidas pelas escolas.

²² Segundo a Revista *Documenta* (nº 133) o Parecer do CFE tem data de 30 de novembro de 1971. No entanto, o documento *Sugestão para Estrutura Curricular Adaptada para a 5ª Série em 1972* traz a informação que o Parecer é do dia 12 de novembro de 1971. O material referente ao CFE citado neste texto tem como fonte a Revista *Documenta*.

²³ Nas atividades, a aprendizagem se dava predominantemente mediante experiências vividas pelo educando no sentido de que ele atingisse, gradativamente, a sistematização do conhecimento.

²⁴ Nas áreas de estudo, a aprendizagem se dava a partir de situações de experiências que tendiam a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos.

²⁵ Nas disciplinas, a aprendizagem se desenvolvia predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos.

²⁶ A parte diversificada das matérias foi dividida da seguinte forma: I – Formação Geral: A – Comunicação e Expressão: 1. Língua estrangeira moderna; 2. Arte dramática e declamação; 3. Artes plásticas; 4. Arte musical; 5. Expressão e dança; 6. Expressão gráfica: desenho, desenho técnico, desenho geométrico, desenho de propaganda; 7. Artes aplicadas; 8. Fotografia. B – Estudos Sociais: 1. Economia; 2. Folclore; 3. Geografia Geral; 4. História Geral; 5. Relações Humanas; 6. Geografia do Paraná; 7. História do Paraná. C – Ciências: 1. Física; 2. Química; 3. Geo-ciências; 4. Biologia; 5. Ecologia; 6. Botânica; 7. Mineralogia; II – Sondagem de Aptidões e Iniciação às Técnicas do Trabalho: 1. Prática de Comércio; Prática de Escritório; Documentação Comercial e Noção de Comércio; Iniciação aos Estudos Contábeis e Fiscais; Mecanografia; Datilografia; Estenografia; Propaganda e Vitrinismo. 2. Iniciação à Agricultura; Criação de Animais Domésticos e Noções de Veterinária; Noções de Conservação do Solo; Oficina Rural; Higiene Rural e Socorros de Urgência; Desenho Técnico; Jardinagem e Floricultura. 3. Alfaiataria; Artes Gráficas; Cerâmica; Trabalho em Couro e Similares; Eletricidade e Eletrônica;

Além de atender as exigências da 5692/71, dos pareceres e das deliberações dos conselhos de educação, o GAP deveria se preocupar com as questões de planejamento das escolas. Por isso, nos primeiros momentos de trabalho, o GAP instalou-se nas dependências da Fundepar, pois o grupo precisava do auxílio dos técnicos que ali trabalhavam e preocupavam-se com assuntos referentes a planejamento escolar. Os debates iniciais do GAP foram norteados pelas concepções contemporâneas de currículo, que tinham influências dos clássicos americanos e europeus.

O primeiro texto elaborado pelo GAP foi o documento *Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972*, publicado pela Fundepar em 1972. Como o próprio título evidencia, esse texto preocupou-se especificamente com as questões referentes à 5ª série. Isso é compreensível, pois, como já mencionado, a abolição do exame de admissão garantiu, teoricamente, o acesso de um número maior de alunos às séries do antigo Ginásio. Na apresentação do documento, o Secretário de Educação e Cultura ressaltou que

Caracteriza-se o processo de reforma educacional ora em curso, pela transformação e reelaboração contínua dos planos curriculares, desde o nível mais alto (as normas e diretrizes dos Conselhos Estaduais de Educação) até ao nível dos estabelecimentos de ensino. E será da dinâmica destas transformações e amadurecimento que dependerá o maior ou menor êxito dos sistemas de educação na implantação do regime preconizado pela Lei Federal nº 5692.

Certos da validade deste postulado, educadores paranaenses dedicaram-se, a partir do Planejamento Prévio para a implantação, no Paraná, do ensino de 1º e 2º graus, à construção de um sistema de planejamento pedagógico que permitisse a contínua produção de modelos curriculares, para orientação dos estabelecimentos de ensino e dos docentes na elaboração de seus próprios planos de ensino (COSTA, 1972, grifos do original).

Percebe-se, desde a apresentação do documento, a preocupação em atender a legislação educacional. No texto há várias menções à Lei 5692/71 e ao Parecer 853/71 do CFE, e vários recortes dos mesmos. Recomendava-se, nesse documento, que o currículo fosse flexível a fim de que pudesse atender as necessidades de todos os alunos. Quanto ao papel do professor, destacava-se que esse precisava motivar o aluno, conduzindo-o ao *aprender a aprender*. No que se referia à avaliação ressaltava-se que ela devia contemplar o processo como um todo e que não era aconselhável que o ato de avaliar ficasse restrito a provas escritas. Quanto à área

Fotografia; Trabalho em Madeira; Mecânica; Mecânica de Automóvel; Trabalho em Metal; Desenho Técnico; Artes Aplicadas; Pesca. 4. Iniciação à Educação; Artes na Educação; Folclore; Relações Humanas; Puericultura; Artes Femininas; Corte e Costura; Culinária; Decoração do Lar; Noções de Higiene; Enfermagem.

de Ciências, e especificamente à disciplina de Matemática, aconselhava-se que os professores estimulassem a capacidade de observação dos alunos a partir dos fenômenos naturais.

Ainda em 1972, o GAP publicou o documento *Articulação e Integração no Ensino de 1º Grau (Diretrizes Teóricas dos Currículos de 5ª e 6ª Série do Ensino de 1º Grau)*. Um fato curioso sobre esse documento é que ele foi elaborado pelo GAP da SEEC-PR e publicado na Revista do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Isso aconteceu, provavelmente, devido ao contato estabelecido entre paranaenses e gaúchos por ocasião da visita de professores paranaenses a Porto Alegre no ano anterior. Nesse texto também é possível identificar a preocupação em atender as disposições da Lei 5692/71, mas ele tratava de questões mais específicas da área de Ciências – como metodologia e avaliação.

Segundo os documentos consultados, o currículo deveria ser planejado a partir de um levantamento social e econômico da região em que a escola estava localizada a fim de contribuir, inclusive, na melhoria das condições de vida dos alunos e da comunidade. Além disso, afirmava-se que era necessário elaborar um currículo flexível, que considerasse o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, atendendo todos os tipos de alunos²⁷. Destacava-se que ao planejar os conteúdos programáticos de 5ª e 6ª séries era importante analisar os planejamentos das séries anteriores a fim de complementar o que os alunos já tinham estudado. Desse modo, o currículo seria mais amplo que os programas e o seu estudo permitiria identificar a problemática e a dinâmica da escola.

É pertinente ressaltar que o trabalho do GAP não era apenas elaborar os textos curriculares: era necessário também trabalhar com os professores. Na época, os cursos para os docentes eram chamados de *treinamento* e tinham como finalidade discutir assuntos relacionados à Reforma de Ensino. Na tentativa de descentralizar as responsabilidades dos assuntos educacionais, trabalhou-se com a ideia de professores *multiplicadores* envolvendo, inclusive, algumas faculdades do interior do Estado. Assim, os professores multiplicadores se deslocavam até Curitiba, participavam dos cursos oferecidos pela SEEC e, posteriormente, trabalhavam esses conteúdos em suas regiões. Desse modo, evitava-se o deslocamento de um grande número de professores até a capital paranaense e reduziam-se os gastos.

Em 1973 esse cenário começou a mudar: deixou-se de trabalhar com a ideia do grupo tarefa (grupo *temporário* que realizava tarefas conforme as necessidades da SEEC) e algumas

²⁷ Os alunos *normais*, os mais *lentos* e os mais *rápidos* (termos utilizados no texto *Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972*).

peças foram convidadas a integrar um grupo *permanente* que estudaria a legislação educacional e elaboraria os textos curriculares paranaenses. O grupo permanente recebeu o nome *Equipe de Currículo* e passou a trabalhar nas dependências da SEEC. Nesse ano o governador Pedro Viriato Parigot de Souza faleceu e o deputado Emílio Hoffmann Gomes assumiu o Governo do Estado do Paraná. Como é habitual nesses momentos, ocorreram mudanças no âmbito da SEEC: mudou o Secretário da Educação e boa parte da sua equipe. Essas alterações atingiram a Equipe de Currículo e poucos integrantes permaneceram na nova equipe. Apesar disso, era necessário publicar, ainda naquele ano, novas orientações curriculares. Nessa fase, a SEEC começou a publicar a Revista Currículo, que, embora tenha recebido o nome de *revista*, não era um periódico propriamente dito, pois não mantinha regularidade nas publicações. A *Revista Currículo* foi criada para veicular os textos curriculares paranaenses e outras publicações destinadas aos professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Em dezembro de 1973 foi publicada a Revista Currículo (Ano 1, nº 3) contendo as *Primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau*.

Da mesma forma que os textos anteriores, esse também ressaltava pontos da legislação educacional vigente. O diferencial desse documento é que ele trouxe os objetivos de cada área de estudo de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série. Além disso, como o próprio título sugere, esse é o primeiro texto curricular paranaense que trouxe a grade curricular das disciplinas escolares de 5ª a 8ª série. No entanto, é pertinente observar que, apesar do título prometer *diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau*, ele tratou apenas das diretrizes de 5ª a 8ª série – sobre 1ª a 4ª série foram apresentados apenas os objetivos das áreas de estudo. Cabe ressaltar ainda que o texto trouxe poucas informações sobre a área de Ciências e é necessária certa habilidade para ler (e compreender) a grade curricular sugerida para a disciplina de Matemática, sendo preciso reorganizar os conteúdos (e objetivos) para que se tenha uma visão geral do que foi sugerido para cada série.

Em 1975 houve transição de governadores (Jayme Canet Júnior assumiu o Governo do Estado do Paraná) e é provável que, com isso, tenham ocorrido mudanças também no âmbito da SEEC, inclusive na Equipe de Currículo. Em abril daquele ano foi publicada uma *Revista Currículo* (Ano 2, nº 15) que contém textos sobre Geometria. Essa publicação é digna de nota, pois, como pode ser constatado em Soares (2001), alguns autores afirmam que a Geometria foi tratada com *indiferença* no período do Movimento da Matemática Moderna. No entanto, em um dos textos publicados nessa Revista Currículo, encontramos o seguinte:

Com a introdução da matemática moderna, alguns professores recebiam que a Geometria fosse eliminada dos programas. Sabemos que isto é impossível, porque justamente a matemática moderna vem contribuir para a abertura de novos horizontes e sua estrutura e nova orientação em sua metodologia (SOUZA; BRAND, 1975, p. 23).

Então, vemos que no Paraná a geometria continuou a fazer parte dos programas de Matemática, pelo menos *oficialmente*. Isso ficou evidente pela preocupação em elaborar e publicar textos sobre o ensino de geometria, tratando, inclusive, dos conteúdos de geometria propriamente ditos (por exemplo: sólidos geométricos e estudos sobre retas). Provavelmente os textos publicados nessa revista tinham a intenção de suprir, de alguma forma, a carência de materiais didáticos disponíveis naquela época. De acordo com a apresentação dos textos, as professoras Maria Josefina Franco de Souza e Yolanda Brand (autoras do material) não tinham a pretensão de ensinar geometria aos professores, mas tinham a intenção de apresentar aqueles conteúdos sob alguns aspectos que, talvez, os professores desconheciam.

Em âmbito nacional, em dezembro de 1975, o CFE publicou o Parecer 4833/75 que tratava do núcleo comum e da organização curricular em nível de 1º grau. Tal parecer foi motivado pela necessidade de documentos adicionais que esclarecessem alguns pontos da Lei 5692/71 e do Parecer 853/71²⁸. No parecer 4833/75 podemos constatar que os professores brasileiros – aparentemente – viviam uma fase de transição: “Antes, acostumado aos rígidos ‘programas de ensino’, o professor vê-se agora com liberdade de planejar, ele próprio, o currículo pleno para seus alunos” (BRASIL – CFE, 1975, p. 81). Em suas conclusões, o parecer indicou os mínimos desejáveis em cada matéria do núcleo comum. Para Matemática os mínimos indicados foram:

Usar o pensamento lógico: - estabelecendo relações e descobrindo suas propriedades; - comunicando ideias matemáticas com objetivo, clareza e precisão; - interpretando e resolvendo problemas. Demonstrar habilidades de: - Calcular; - Medir. Construir, consultar e interpretar tabelas e gráficos. Acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico: - identificar a influência de tecnologia em sua vida; - fazendo uso inteligente dos produtos de tecnologia (BRASIL – CFE, 1975, p. 89).

Assim, após as novas exposições do CFE a respeito da legislação educacional brasileira, no início de 1976 foi publicada uma Revista Currículo (ano 2, nº 20) contendo o documento *Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série)*. Esse texto trouxe somente os programas curriculares e os objetivos

²⁸ Cabe notar que já havia passado 4 anos da publicação desses documentos e as dúvidas permaneciam.

gerais das disciplinas de Matemática e de Ciências Físicas e Biológicas, e não há discussões sobre as disciplinas ou mesmo a respeito da área de Ciências. O diferencial desse documento, em relação aos anteriores, é que ele apresentou os conteúdos de Matemática acompanhados de seus objetivos e indicou algumas estratégias que poderiam ser adotadas pelos professores em sala de aula. Entre elas foram indicadas: trabalhos em grupos, resolução de problemas, utilização de material concreto e dramatização. O documento trouxe também uma sugestão de projeto para a 5ª série envolvendo os conteúdos de conjuntos. O curioso é que, apesar de no índice encontrarmos uma *promessa de sugestões de projetos*, só há *uma* sugestão de projeto e ela era destinada a uma única série do Ensino de 1º Grau.

Em 1977, foi publicada uma *Revista Currículo* (ano 3, nº 31) contendo o documento *Diretrizes Curriculares de Matemática – 1ª a 6ª séries (Orientações para o planejamento curricular nas escolas rurais atingidas pelo Programa de Cooperação Estado – Município)*, que destinava-se às escolas rurais paranaenses, que foram construídas e equipadas com recursos de um convênio firmado entre a SEEC e o MEC para execução do programa de Cooperação Estado – Município. Tais escolas ficaram conhecidas como Escolas Consolidadas e o objetivo do projeto era fechar escolas isoladas²⁹ das áreas rurais e concentrar os alunos dessas escolas em uma única escola que – pretendia-se – fosse localizada em uma área de fácil acesso aos estudantes da região. As Escolas Consolidadas foram planejadas para que tivessem um número maior de salas de aulas, permitindo que as crianças fossem separadas por série. Além disso, almejava-se que os professores tivessem preparo específico para atuar nessas escolas. Então, a Equipe de Currículo elaborou diretrizes próprias para essas escolas e ofereceu cursos de treinamento para os professores. Nesses cursos foram discutidos o material disponibilizado pela SEEC e as práticas docentes daqueles professores, permitindo a troca de experiência entre os profissionais que atuavam nas Escolas Consolidadas.

Nesse documento encontra-se a preocupação com a seleção de conteúdos que iriam compor o programa curricular daquelas escolas. Dizia-se que era necessário selecionar conteúdos que fornecessem o maior número possível de informações aos alunos durante o tempo que eles permanecessem na escola e que, além disso, fossem mais significativos e tivessem aplicações práticas para os alunos.

²⁹ Escolas que, geralmente, tinham uma única sala de aula e atendiam turmas multisseriadas.

O diferencial desse documento é que ele tem um capítulo denominado *Material de apoio*, onde há orientações para os professores sobre os conteúdos de Matemática e também algumas sugestões de atividades – o que faz o texto parecer um *manual*. Acreditamos que o documento tem esse formato porque muitos dos docentes que trabalhavam nas escolas rurais não tinham formação acadêmica e, além disso, havia certa dificuldade de acesso a materiais didáticos que auxiliassem na preparação de suas aulas. Porém, é preciso ressaltar que há alguns erros conceituais que prejudicam a qualidade do material disponibilizado aos professores. São exemplos disso:

1) As dificuldades em trabalhar com medidas vão aparecer, em geral, quando o aluno precisa fazer conversões de unidades (múltiplas e submúltiplas de DECIMAIS de ÁREA e VOLUME. É difícil compreender que 1 m^2 tem 100 cm^2 , que 1 m^3 tem 1000 dm^3 ou que, para converter unidades de medida de superfície (unidades de área), a vírgula “anda” de duas em duas casas; quando com medidas de volume, a vírgula “anda” de três em três casas (p. 114);

2) É necessário e importante que, antes de pensar e trabalhar no sistema métrico decimal, a criança atravesse as primeiras dificuldades (de distinguir as grandezas e compreender o que é medi-las) de forma isolada e graduada. Para isto é importante que MEÇA muitas superfícies com superfícies quaisquer (de objetos a seu alcance, de materiais concretos elaborados para este fim), que cubra um retângulo com dois quadrados iguais, um quadrado com quatro quadradinhos iguais, um quadrado de 1 m^2 com 100 quadradinhos de 1 cm^2 (p. 115);

3) ATIVIDADE 7 – SUPERFÍCIE

- Medir quadrados de papelão com 4, 9, 25 ... 100 quadradinhos (preparar para $1 \text{ m}^2 = 100 \text{ cm}^2$) (p. 118);

4) Neste capítulo se introduz o conceito de quantidades NEGATIVAS e os processos de cálculo com elas. Muito dificilmente teremos exemplos de quantidades negativas inteiras; o mais usual é encontrá-los em Q , Q^+ e Q^- – serão números fracionários (em geral, decimais) relativos (p. 125).

Quando lemos o recorte 1 pela primeira vez pensamos que se tratava de um erro de datilografia. No entanto, como houve repetição da relação incorreta em outras páginas, consideramos pouco provável que se trate apenas de um erro datilográfico. Não foi possível esclarecer se esses erros foram corrigidos durante os cursos de capacitação oferecidos aos professores. Acreditamos que, como a *intenção* do texto era auxiliar o trabalho docente, os consultores deveriam ter sido mais cuidadosos na revisão do texto a fim de evitar a veiculação de um material contendo erros conceituais (que poderiam ser reproduzidos em salas de aula).

Ainda cabe salientar que esse documento sugeria que os professores consultassem os livros: *Ensino Moderno da Matemática – 2º volume* – do Núcleo de Estudos e Difusão do

Ensino da Matemática (Nedem³⁰), e *Aprendizado Moderno da Matemática* de Zoltan Dienes – títulos que fazem referência ao Movimento da Matemática Moderna. As sugestões estavam relacionadas ao aprofundamento, respectivamente, do conteúdo de dízimas periódicas e ao uso de materiais concretos em sala de aula. Cabe ressaltar que os documentos curriculares paranaenses da década de 1970 foram elaborados por alguns professores ligados ao Nedem: Clélia Tavares Martins, Maria Josefina Franco de Souza, Roberto Antonio Busnardo e Yolanda Brand (nomes que aparecem nos documentos consultados). Sendo assim, é provável que as discussões sobre ensino de Matemática – e sobre o Movimento da Matemática Moderna – que ocorriam no Nedem tenham influenciado, de alguma maneira, os currículos de Matemática paranaenses da década de 1970.

Não encontramos informações sobre a data em que a Equipe de Currículo deixou de existir no quadro da SEEC. Também não temos informações a respeito de outros currículos de Matemática que podem ter sido elaborados pela Equipe de Currículo.

É válido lembrar que na década de 1970 vivia-se sob o regime da ditadura militar e que no início da década de 1980 aconteceu a chamada abertura democrática. Então, é provável que as cobranças quanto ao cumprimento das leis educacionais estivessem relacionadas a esse fato. Segundo os colaboradores da pesquisa aqui sintetizada, havia, em certos momentos, uma cobrança exagerada nesse sentido: além do que estava posto nos documentos curriculares, trabalhavam-se alguns pontos da Lei 5692/71 também nos cursos que eram oferecidos aos professores. Com isso, corria-se o risco de sobrepor os aspectos legais às questões dos conteúdos escolares e das metodologias de ensino.

Apesar de termos olhado para documentos elaborados na mesma década, não encontramos referências de um documento em outro. A impressão é que a cada documento que se elaborava, *superava-se* totalmente o anterior e ele era descartado. Ou seja, temos a impressão de um processo descontínuo e de rupturas. Cremos que isso pode ser explicado pelas transições de governo estadual e consequentes alterações no quadro da SEEC.

Inclusive, uma colaboradora contou que, no início da década de 1980, em uma transição de governo estadual, houve uma ordem para eliminar todo o material produzido pela Equipe de Currículo na década de 1970 alegando-se que tal material continha resquícios da ditadura militar e que, por isso, deveria ser eliminado. Talvez isso explique a dificuldade de acesso a

³⁰ Mais informações sobre o Nedem podem ser encontradas em Seara (2005).

esses documentos. Os poucos exemplares encontrados, em universidades e escolas, foram doados às bibliotecas por professores que trabalhavam na rede estadual de ensino na década de 1970. Na biblioteca da UFPR, por exemplo, não encontramos exemplares do *Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série)*, nem do documento *Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972*. Vale registrar que o acesso a esse documento de 1972 só foi possível graças ao arquivo pessoal da professora Maria Lucia Faria Moro.

Assim, parece evidente a influência do contexto político e social nas questões curriculares. Tenta-se apagar parte da história educacional baseando-se em um argumento político. Felizmente, algumas pessoas não atenderam às ordens que receberam dos seus superiores. E, por isso, ainda é possível consultar alguns exemplares dos textos curriculares elaborados na década de 1970 pela Equipe de Currículo da então Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Paraná.

Cabe ressaltar que as leis 4024/61 e 5692/71, bem como as demais leis e os decretos-lei que regulamentavam a Educação Nacional, foram revogadas definitivamente em 20 de dezembro de 1996, quando foi assinada a nova LDB – Lei 9394/96 – pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conclusões

Em síntese, pode se dizer que o processo de elaboração dos documentos curriculares paranaenses da década de 1970 foi desencadeado pela Lei 5692/71. A partir de sua publicação, a SEEC precisou organizar um grupo que auxiliasse as escolas paranaenses a implantar a Reforma de Ensino. Esse grupo consolidou-se, pouco tempo depois, na Equipe de Currículo da SEEC que, além de organizar a elaboração dos documentos curriculares, estudava a legislação educacional vigente, acompanhava – de alguma forma – o que estava acontecendo no cenário educacional nacional, e oferecia cursos de treinamento aos professores da rede estadual de ensino.

Os textos curriculares paranaenses estudados, e as entrevistas realizadas, mostraram que algumas questões *atuais* da educação já eram discutidas na década de 1970. Como exemplos citamos: formação de professores, interdisciplinaridade, metodologia de ensino, contextualização dos conteúdos e avaliação.

Pensando em termos gerais, o estudo permitiu observar registros da preocupação em atender ao que foi estabelecido pela Lei nº. 5692/71, e pelos decretos e pareceres que decorreram dela. Vê-se também o movimento de compreensão a respeito do currículo – entendido como algo maior do que um mero programa de conteúdos –, e também a divulgação das discussões referentes à avaliação. Percebe-se que a década de 1970 foi, apesar da ditadura militar, um período em que muitos debates aconteceram na área da Educação.

Pensando na área específica da disciplina de Matemática observamos que alguns conteúdos permaneceram nos currículos da década de 1970 (mesmo que em séries diferentes), enquanto outros foram retirados – e isso aconteceu dentro de um período relativamente pequeno. Percebemos a influência do Movimento da Matemática Moderna nas propostas através das pessoas que elaboraram os currículos de Matemática. Quase todos os elaboradores dos programas da disciplina de Matemática eram ligados ao Núcleo de Estudos e Difusão de Ensino da Matemática. Nota-se, ainda, que na metade da década de 1970 o Movimento da Matemática Moderna começou a enfraquecer e que os conteúdos de lógica foram retirados das propostas curriculares e que o conteúdo de conjuntos também perdeu espaço. Quanto aos objetivos da disciplina de Matemática pode-se afirmar que, apesar das alterações dos conteúdos, continuaram presentes as preocupações com o desenvolvimento do raciocínio lógico e com o desenvolvimento do método científico.

Ainda sobre os conteúdos de Matemática, acreditamos que poucas foram as alterações e muitas foram as permanências. Sobre isso é relevante ressaltar que, já em 1972, afirmava-se que “a situação ideal seria aquela em que o conteúdo programático surgisse do interesse do aluno, colocado em situações de aprendizagem que lhe *despertassem* o interesse” (PARANÁ – SEEC, 1972, p. 55-56, grifos do original). No entanto, temos a impressão que isso continua sendo apenas a *situação ideal* almejada por alguns professores.

É pertinente registrar que a pesquisa nos apresentou algo que vai de encontro com as nossas leituras anteriores sobre o assunto: os conteúdos de geometria, pelo menos *oficialmente*, não foram abolidos (ou *deixados de lado*) das propostas curriculares na década de 1970 – como alguns autores afirmam em seus trabalhos. Contudo, fica a ressalva: nada podemos afirmar sobre isso com relação ao que aconteceu na prática em sala de aula.

Vale salientar que o estudo, aqui sintetizado, preocupou-se somente com os documentos curriculares elaborados e publicados pelas equipes da SEEC na década de 1970 e não houve acesso a outros documentos da época – como diários de classe, livros didáticos, e cadernos de

alunos. Também não foram realizadas entrevistas com professores que atuaram em sala de aula naquele período, nem com alunos que frequentaram a escola naquela década.

O estudo que realizamos nos mostrou que ainda há muito a ser explorado nos documentos curriculares paranaenses da década de 1970.

Referências

BRASIL – CFE. **Documenta**. Brasília, DF, n. 133, dez 1971.

BRASIL – CFE. **Documenta**. Brasília, DF, n. 181, dez 1975.

BRASIL. Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=178916>>. Acesso em: 01/05/2011.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 26/01/2011.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 26/01/2011.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 26/01/2011.

BÚRIGO, E. Z. **Movimento da Matemática Moderna no Brasil**: Estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

COSTA, R. L. Apresentação. In: FUNDEPAR. **Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972**. Curitiba, PR, 1972.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: Elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

EVANGELISTA, O. **Organização da Sociedade Civil e Educação Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

FUNDEPAR. **Sugestão para estrutura curricular adaptada para 5ª série em 1972**. Curitiba, PR, 1972.

HOWSON, G., KEITEL, C., e KILPATRICK, J. **Curriculum development in mathematics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MATUCHESKI, S. **Elaboração das propostas curriculares de Matemática do Ensino de 1º Grau (5ª a 8ª série) do Estado do Paraná na década de 1970**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MIORIM, M. A. **O Ensino de Matemática: Evolução e Modernização**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

PARANÁ – ARQUIVO PÚBLICO. **História administrativa do Paraná (1948 – 1998):** criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba, Pr: Imprensa Oficial/DEAP, 2002. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1948a1998.pdf>. Acesso em: 23/01/2011.

PARANÁ – CEE. **Criteria**. Curitiba, PR, n. 27, ago/dez 1978.

PARANÁ – SEEC. Articulação e Integração no Ensino de 1º Grau (Diretrizes Teóricas dos Currículos de 5ª e 6ª séries do Ensino de 1º Grau). **Revista do Ensino**. Porto Alegre, RG, n. 147, suplemento especial n. 4 – Educação no Paraná –, 1972.

_____. Ciências e Matemática. **Currículo**. Curitiba, PR, ano 2, n. 15, 1975.

_____. Diretrizes Curriculares de Matemática – 1ª a 6ª séries (Orientações para o planejamento curricular nas escolas rurais atingidas pelo Programa de Cooperação Estado – Município). **Currículo**. Curitiba, PR, ano 3, n. 31, 1977.

_____. Material de Apoio para Operacionalização das Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau (Ciências – 5ª a 8ª série). **Currículo**. Curitiba, PR, ano 2, n. 20, 1976.

_____. Primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau. **Currículo**. Curitiba, PR, ano 1, n. 3, 1973.

PARANÁ. Lei n. 4.978, de 05 de dezembro de 1964. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAto.do?action=exibir&codAto=12350&codItemAto=138226#138226>>. Acesso em: 22/04/2011.

PARRA, S. **O processo de conversão da ideia de Projeto Político Pedagógico em Política Educacional Pública no Estado do Paraná (1983-2002)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SEARA, H. F. **Núcleo de Estudo e Difusão do Ensino da Matemática – NEDEM – Não É Difícil Ensinar Matemática**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SOARES, F. **Movimento da Matemática Moderna no Brasil: Avanço ou retrocesso?**. Dissertação (Mestrado em Matemática Aplicada), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, M. J. F.; BRAND, Y. Estudos sobre a geometria atual. In: PARANÁ – SEEC. Ciências e Matemática. **Currículo**. Curitiba, PR, ano 2, n. 15, 1975.

Submetido em janeiro de 2016

Aprovado em abril de 2016

